

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA PAULISTA

André Randazzo Ortega, Joana D'arc Germano Hollerbach

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10828>

Submetido em: 2024-12-07

Postado em: 2024-12-20 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA PAULISTA¹

ANDRÉ RANDAZZO ORTEGA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1198-9742>
<andre.ortega@estudante.ufscar.br>

JOANA D'ARC GERMANO HOLLERBACH²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3931-7836>
<joana.germano@ufv.br>

¹ Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba. Sorocaba, São Paulo (SP), Brasil.

² Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais (MG), Brasil.

RESUMO: O artigo tem por objetivo investigar o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) na rede pública do estado de São Paulo tendo no horizonte a seguinte problemática: como a Exposição de Motivos (EM) nº 84/2016, que acompanhou a Medida Provisória (MP) nº 746/2016, se transportou para as ações e para os documentos engendrados pelo governo estadual por ocasião da concretização da Lei nº 13.415/2017? Trata-se de um estudo qualitativo de base materialista histórico-dialética, que utiliza a pesquisa bibliográfica e a análise documental como técnicas de coleta de dados. A pesquisa bibliográfica revelou que a literatura e a produção acadêmica entendem que a Reforma do Ensino Médio em São Paulo se apoia em um tripé composto pelo Currículo Paulista e pelos programas Inova Educação e Novotec. Dialogando com esse resultado, a análise documental revela que os elementos contidos na EM se transportaram com fluidez para as ações e os documentos engendrados pelo governo estadual por ocasião da concretização da Lei nº 13.415/2017, o que demonstra um alinhamento entre a visão de educação gestada pelo PSDB desde 1995 na rede pública paulista àquela presente na reforma.

Palavras-chave: Lei nº 13.415/2017, Rede estadual, Sistemas de ensino.

THE IMPLEMENTATION OF THE HIGH SCHOOL REFORM IN THE PAULISTA PUBLIC SCHOOL SYSTEM

ABSTRACT: The article aims to investigate the implementation process of the High School Reform (Law No. 13,415/2017) in the public school system of the state of São Paulo, focusing on the following issue: how did the Explanatory Memorandum (EM), No. 84/2016, which accompanied the Provisional Measure (MP) No. 746/2016, translate into the actions and documents generated by the state government upon the enactment of Law No. 13,415/2017? It is a qualitative study based on historical-dialectical materialism, utilizing bibliographic research and document analysis as data collection techniques. Bibliographic research revealed that literature and academic production understand that the High School Reform in São Paulo relies on a tripod composed of the São Paulo Curriculum, the Inova Educação, and Novotec programs. In line with this finding, document analysis reveals that the elements contained in

¹ O presente trabalho é fruto de pesquisa de mestrado e traz uma discussão revista e ampliada de texto publicado nos Anais do VIII Congresso Nacional de Educação (CONEDU), realizado em Maceió, Alagoas, em 2022.

the EM smoothly translated into the actions and documents generated by the state government upon the enactment of Law No. 13,415/2017, demonstrating an alignment between the educational vision fostered by the PSDB since 1995 in the public school system of São Paulo and that present in the reform.

Keywords: Law No. 13,415/2017, State network, Education systems.

LA IMPLEMENTACIÓN DE LA REFORMA DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA EN LA RED PÚBLICA PAULISTA

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo investigar el proceso de implementación de la Reforma del Enseñanza Media (Ley N° 13.415/2017) en la red pública del estado de São Paulo, centrándose en la siguiente problemática: ¿cómo se trasladó la Exposición de Motivos (EM) N° 84/2016, que acompañó a la Medida Provisional (MP) N° 746/2016, a las acciones y documentos generados por el gobierno estatal en la concreción de la Ley N° 13.415/2017? Se trata de un estudio cualitativo basado en el materialismo histórico-dialéctico, que utiliza la investigación bibliográfica y el análisis documental como técnicas de recopilación de datos. La investigación bibliográfica reveló que la literatura y la producción académica entienden que la Reforma del Enseñanza Media en São Paulo se apoya en un trípode compuesto por el Currículo Paulista y los programas Inova Educação y Novotec. En consonancia con este hallazgo, el análisis documental revela que los elementos contenidos en la EM se tradujeron con fluidez en las acciones y documentos generados por el gobierno estatal al concretarse la Ley N° 13.415/2017, demostrando una alineación entre la visión educativa fomentada por el PSDB desde 1995 en la red pública paulista y la presente en la reforma.

Palabras clave: Ley N° 13.415/2017, Red Estatal, Sistemas Educativos.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a rede pública de ensino do estado de São Paulo passou por profundas mudanças com vistas à implementação da Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei n° 13.415/2017. Uma já consolidada bibliografia compreende essa política política educacional na esteira da continuidade das políticas neoliberais para a educação no Brasil, bem como mais um passo no avanço dos interesses do capital no Ensino Médio, que cada vez mais promove a mercantilização da educação em todos os seus níveis (Quadros e Krawczyk, 2021). Na origem, trata-se de uma reforma educacional ligada ao golpe jurídico, parlamentar e midiático que impediu o governo da presidente eleita Dilma Vana Rousseff e alçou ao poder um grupo ultraliberal e conservador sob a presidência de Michel Temer (Saviani, 2018). Sendo assim, a nova lei é um retrocesso no que diz respeito à promoção da igualdade no acesso ao Ensino Médio e até mesmo ao Ensino Superior, uma vez que acirra uma formação desigual que alija os filhos da classe trabalhadora e retorna à velha concepção de um Ensino Médio cindido e classista, com preparação para a continuidade nos estudos para uns e a formação estreita para o trabalho para outros (Cunha, 2017, p. 379).

Entre as principais determinações, a Reforma do Ensino Médio, em sua versão original de 2017, dividia a carga horária em competências e habilidades obrigatórias, também referidas por vezes como Formação Geral Básica, sendo estas estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ocupando 60% das horas totais, e nos chamados itinerários formativos, que preencheriam os 40% restantes e seriam organizados em torno de cinco áreas: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Formação Técnica e Profissional (2017).

Em grande medida, os argumentos mobilizados pelo governo Temer para justificar a política educacional fizeram-se presentes na Exposição de Motivos (EM) nº 84/2016 (Brasil, 2016), tornada pública conjuntamente com a primeira versão da Reforma do Ensino Médio, que se materializou através da Medida Provisória (MP) nº 746/2016. Isto posto, o presente artigo tem por objetivo investigar o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio na rede pública do estado de São Paulo tendo no horizonte a seguinte problemática: Como a EM nº 84/2016 se transportou para as ações e para os documentos engendrados pelo governo estadual por ocasião da concretização da Lei nº 13.415/2017?

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa amparada no Materialismo Histórico-Dialético de Karl Marx e Friedrich Engels. Como técnicas de obtenção de dados, utilizamos a pesquisa bibliográfica e análise documental, com base em Evangelista e Shiroma (2019).

O desenvolvimento de nosso texto dar-se-á da seguinte forma: primeiramente, expomos os resultados da pesquisa bibliográfica de modo a buscar diálogos com a literatura, complementando-os a partir de outras áreas da produção acadêmica. Sem pretensão de esgotar a discussão, as conclusões desta etapa de investigação nos encaminham, secundamente, ao debate e às reflexões em torno dos dados colhidos através da análise documental. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

DIÁLOGOS COM A ACADEMIA: O TRIPÉ DA LEI Nº 13.415/2017 EM SÃO PAULO

Tão logo publicizada, a Reforma do Ensino Médio deu novo fôlego aos estudos sobre o Ensino Médio, com uma profusão de teses, dissertações, artigos, dossiês e eventos voltados para a compreensão de suas linhas de força. Em um aspecto geral, pode-se se dizer que a literatura se encontra consolidada no que diz respeito à compreensão dos aspectos mais abrangentes dessa política educacional. Não obstante, dadas as condições ainda iniciais de implementação da reforma nas redes estaduais e os desafios envolvidos na investigação dessa conjuntura em específico, pode-se verificar uma menor quantidade de trabalhos sobre a reforma, o que nos abre possibilidades de investigação substanciais.

O primeiro trabalho sobre o qual nos ateremos é a dissertação de Castilho (2021), na qual a autora analisa de que forma a influência conservadora e empresarial reforça a categoria da dualidade estrutural do Ensino Médio no âmbito da rede estadual paulista por ocasião das primeiras ações de concretização da Lei nº 13.415/2017. Mediante aporte documental, ela sustenta que esse processo foi marcado pela adesão ao modelo mercadológico típico do neoliberalismo e do regime de acumulação flexível, citando três ações principais empreendidas pelo governo do Estado: a elaboração do Currículo Paulista e a criação dos programas Inova Educação e Novotec (Castilho, 2021).

A atual versão do Currículo Paulista foi lançada em 2020 com a promessa de entrar em vigor para a 1ª série do Ensino Médio logo em 2021. Trata-se, antes de mais nada, da efetivação da BNCC e da reorganização da carga horária em âmbito estadual. O Inova Educação, por seu turno, é um programa de 2019 que prevê a reformulação curricular e ampliação da carga horária do Ensino Fundamental e Médio, sendo idealizado e realizado em parceria com o Instituto Ayrton Senna. Por fim, o Novotec é um programa de oferta de cursos técnicos criado pelo governo paulista no primeiro semestre de 2019. Em 2020, o Novotec tornou-se oficialmente o quinto itinerário formativo da Reforma do Ensino Médio no estado (Castilho, 2021).

No que se refere ao Currículo Paulista, Santos Júnior e Neira (2020) buscam analisar a versão preliminar do documento enviada para consulta pública em março de 2020 pela Secretaria da Educação

do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), poucos dias antes do início das medidas oficiais de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19 no estado. Segundo os autores, o novo currículo é justificado através de dados que comprovam uma estagnação dos indicadores do Ensino Médio paulista, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a porcentagem de evasão, em torno dos 22% (Santos Júnior; Neira, 2020). Sobre isso, vale destacar, os autores argumentam que as primeiras páginas do documento se assemelham a uma confissão de culpa por parte do governo estadual, comandado por um mesmo grupo político há quase três décadas.

Adiante, descortinando item a item da proposta, os autores constataram que as mudanças curriculares estão de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Reforma do Ensino Médio. Esta última é vista explicitamente na proposição dos itinerários formativos e na divisão da carga horária. Por fim, os autores concluem que as mudanças foram pouco discutidas, com objetivos pouco expressivos (melhorar índices no IDEB, por exemplo). Além disso, se organizam de forma que promoverão uma formação precoce aos jovens que, desestimulados no Ensino Médio, não almejam seguir seus estudos no Ensino Superior (Santos Júnior; Neira, 2020).

Ainda sobre o Currículo Paulista, nossa pesquisa bibliográfica nos levou ao artigo de Silva e Martins (2020), que apresenta resultados de pesquisa de campo realizada com docentes em três escolas da rede pública estadual em Pilar do Sul, interior de São Paulo. O artigo dedica-se à exposição dos resultados da aplicação de questionários nas escolas e apontam que a reforma é de conhecimento parcial por parte dos professores, que sabem dela superficialmente e por influência da intensa campanha de marketing promovida pelo governo federal e veiculada na grande mídia. Além disso, os docentes enxergam um caráter autoritário no processo de formulação da política educacional, tanto no plano nacional quanto no plano estadual (Silva; Martins, 2020).

Por fim, nessa seara de debates sobre currículo, faz-se necessária a menção ao texto de Gomides e Júnior (2021), que através de um estudo comparativo entre o estado de São Paulo e o estado da Paraíba, defendem que a proposta curricular deste último apresenta um enfoque mais plural e diversificado na área de Ciências Humanas do que sua equivalente paulista. Ademais, os autores afirmam que “mesmo tendo como base uma reforma imposta de cima para baixo, o estado paraibano, pelas ações e debates, está caminhando [...] para um viés mais consonante com os ideais de uma educação voltada para a formação de jovens ativos socialmente” (Gomides; Júnior, 2021, p. 14).

Sem deixar de lado as questões envolvendo o Currículo Paulista, os dois últimos trabalhos encontrados em nossa pesquisa bibliográfica e sobre os quais faremos menção dão enfoque especial ao Novotec e, subsidiariamente, ao Inova Educação.

Em sua dissertação de mestrado, Lima (2021), analisa o processo de implementação do Novotec em uma Escola Técnica Estadual (Etec) a partir da percepção de alunos e coordenadores. As Etecs são escolas vinculadas ao Centro Paula Souza, uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, e que ofertam ensino técnico integrado ao Ensino Médio. Como seus resultados, o pesquisador aponta que não houve espaço para uma participação ampla dos pesquisados no processo decisório a respeito da implementação do Novotec em dois cursos da instituição, mas que, ainda assim, os docentes conseguem encontrar espaço de ação para manterem uma visão crítica frente à imposição de tais mudanças (Lima, 2021).

Por último, são guardadas as devidas citações ao trabalho de Evaldo Piolli e Mauro Sala. Desenvolvendo pesquisa documental os autores perscrutam desde os argumentos engendrados pelo governo estadual para sustentar o Novotec. Segundo eles, o Novotec serviu de projeto-piloto para preparar a rede paulista para a concretização da Lei nº 13.415/2017, até ser definitivamente integrado como o quinto itinerário formativo (Piolli; Sala, 2019). Em síntese, os pesquisadores chegam à conclusão de que as recentes alterações promovidas no sentido de concretizar a Reforma do Ensino Médio no estado de São Paulo acabam por criar

uma rede cada vez mais estratificada, buscando adaptar a educação da juventude trabalhadora para um mercado de trabalho também cada vez mais estratificado, buscando fazer da adaptabilidade seu fundamento. O que se coloca é a formação desigual das habilidades necessárias para o processo de trabalho cada vez mais precário e a inculcação de uma estrutura de valores para tentar fazer da precariedade um simples desafio (Piolli; Sala, 2019, p. 195-196).

Vislumbrando ampliar o horizonte aberto a partir da literatura pesquisada anteriormente referida com o auxílio de outras áreas da produção acadêmica de modo geral, consideramos profícua a menção a alguns eventos que evidenciam a pertinência dos estudos envolvendo a implementação da Reforma do Ensino Médio na rede pública do estado de São Paulo, com o destaque inicial para o Ciclo de Debates Política Educacional do Estado de São Paulo. Ocorrido entre maio e agosto de 2021 sob coordenação da professora Dr^a Márcia Jacomini, o evento foi realizado em parceria com coletivo Quinze de Outubro, que reúne educadoras e educadores com intento de formação social e política. Entre suas abordagens, foram divulgados resultados de pesquisas contemplando aspectos gerais da rede paulista, reflexões acerca de um passado recente de gestões de cunho neoliberal e com referências aos impactos da Reforma do Ensino Médio para um sistema de ensino em franco processo de precarização.

Outro evento digno de nota é o I Seminário Nacional EMpesquisa, realizado entre junho e julho de 2021, reuniu alguns dos mais proeminentes pesquisadores de políticas educacionais, como Nora Krawczyk e Roberto Leher. O seminário contou Grupos de Trabalho dedicados ao tema da Reforma do Ensino Médio, divididos em várias temáticas. Nessa seara, um total de seis resumos expandidos publicados nos anais do evento tiveram enfoque direcionado para a rede pública paulista, abordando aspectos gerais da implementação da Lei nº 13.415/2017 e da BNCC mediante o Currículo Paulista, além dos programas Novotec e Inova Educação. Tais informações vão ao encontro dos temas abordados nos trabalhos obtidos mediante nossa pesquisa bibliográfica, o que contribui para a compreensão das linhas mestras dos debates sobre nosso objeto de estudo.

A Rede EMpesquisa, organizadora do I Seminário, também foi responsável pela publicação do livro *A Reforma do Ensino Médio em São Paulo: A continuidade do projeto neoliberal*, um dos primeiros dedicados ao entendimento dessa política pública em âmbito estadual (Krawczyk; Zan, 2022). Em um dos artigos que compõe a obra, Freitas et al. (2022) defendem a tese de que a rede regular de ensino paulista já estava passando por mudanças de mesmo teor antes mesmo da Lei nº 13.415/2017 entrar em vigor. No texto há menções consistentes sobre o Currículo Paulista e os programas Inova Educação e Novotec, salientadas inclusive as contradições e os questionamentos que essas medidas trouxeram ao esbarrarem na realidade concreta das instituições escolares.

À luz das informações mencionadas e reconhecendo os limites dessa breve exposição, acreditamos ter cumprido o objetivo de buscar diálogos com a literatura e a produção acadêmica já consolidadas sobre a Reforma do Ensino Médio e suas relações com a rede pública do estado de São

Paulo. Conclui-se dessa etapa da pesquisa, que a implementação da Lei nº 13.415/2017 na rede pública paulista de ensino se dá através do tripé Currículo Paulista, Inova Educação e Novotec. Tais medidas, apenas pinceladas para fins introdutórios na presente seção, serão agora aprofundadas e correlacionadas aos resultados da pesquisa documental, com especial atenção à nossa problemática.

A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO: DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 84/2016 AO TRIPÉ CURRÍCULO PAULISTA, INOVA EDUCAÇÃO E NOVOTEC

Conforme dados do Censo da Educação Básica 2020, a rede pública do estado de São Paulo conta com 3.632.884 matrículas, sendo pouco mais de 1,3 milhão no Ensino Médio (Brasil, 2021). Ainda segundo a mesma fonte, o número de matrículas em 2020 apresentou uma queda expressiva de 18,7% no total de registros em relação ao ano de 2016. Ainda assim, trata-se da maior rede de ensino público do Brasil, com mais de 5.100 instituições escolares e aproximadamente 190 mil professores .

Compreendendo o tamanho e a relevância da rede e os desafios que ela suscita, na presente seção refletimos sobre os dados obtidos a partir da análise dos documentos mencionados em nossa metodologia. A investigação envolveu documentos nacionais e estaduais e os resultados se articulam com as questões levantadas pela pesquisa bibliográfica, sobre a qual discorremos na seção anterior, e com o referencial teórico tomado como base para a compreensão do debate concernente à rede pública do estado de São Paulo.

As linhas de força da gestão psdbista na SEDUC-SP

A estrutura organizacional que dita o atual funcionamento da rede pública do estado de São Paulo tem suas origens no ano de 1995, por ocasião de mudanças na administração pública que ocorreram tanto em âmbito externo quanto interno. Por mudanças externas, temos a Reforma do Aparelho do Estado, idealizada pelo ministro Bresser-Pereira logo no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no executivo federal. Já as mudanças internas referem-se a ampla reformulação do ensino público paulista empreendida pela SEDUC-SP sob o governo de Mário Covas e gestão da secretária Rose Neubauer. Ante o exposto, questiona-se: Quais as intersecções e as aproximações entre essas reformas?

FHC e Covas eram membros de um mesmo partido político, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Com o primeiro, o PSDB alçou pela primeira vez ao posto mais alto da nação, a presidência da república, e, com o segundo, o governo do Estado mais rico e industrializado do país, ambos em 1994. A partir de então, tem-se início um longo período de hegemonia do PSDB no governo paulista, em termos concretos pouco ameaçado nas seis eleições seguintes.

Não obstante as coligações com outros partidos da cena política, pode-se afirmar que os pressupostos ideológicos orientadores da gestão educacional representada pelo grupo psdbista mantiveram-se coesos durante todo o período de governo do partido no estado, denotando tendência de continuidade e coesão entre os agentes que ocuparam os postos mais altos da burocracia paulista. Segundo Sanfelice (2010), tais pressupostos estão delineados nas bases de sustentação de políticas educacionais enviesadas sob o jugo neoliberal e através da adoção de medidas a partir da ingerência de

organismos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e o Fundo das Nações Unidas para a Infância, sempre de maneira circunscrita em torno da concepção burguesa de Estado.

Nesse contexto, as ações da SEDUC-SP, de maneira análoga à Reforma do Estado de 1995, visaram implementar um modelo gerencialista de administração pública, tendo como norte os ideais da Nova Gestão Pública (NGP) (Ramos, 2016). Grosso modo, a NGP representa a incorporação de elementos tidos como modelo da gestão no setor privado pelo setor público. A racionalidade econômica, bem como o foco na perspectiva gerencialista e na obtenção de resultados típicos da NGP apontam para o ajuste fiscal e o enxugamento do Estado:

O eixo de mudança no padrão de gestão, consolidado pela reforma educacional iniciada no Estado de São Paulo a partir de 1995, apresenta uma clara e fortemente a presença do princípio da racionalização organizacional e dos gastos com o setor, segundo o modelo gerencialista assumido [...]. As ações, nesse caso, agiram basicamente em três aspectos principais: a) no enxugamento da estrutura organizacional da Secretaria e da rede de ensino, com a implantação de um modelo de descentralização do âmbito operacional, b) na redefinição de um novo modelo de controle de gestão, pela prática da tutela da descentralização, c) na redefinição das relações entre os poderes públicos, entre o poder público e a sociedade, entre a Secretaria e as escolas e entre a sociedade e a escola, na tentativa de configuração de um novo pacto social, em que o Estado assumisse claramente o papel de regulador e avaliador e a sociedade, papel operativo e fiscalizador (Ramos, 2016, p. 553-554).

Foi mediante esse cenário que a gestão Covas-Neubauer consolidou as mudanças na SEDUC-SP, que de imediato provocaram substanciais consequências para toda a rede pública paulista, tais como: fechamento de 148 unidades escolares, acompanhada de um significativo processo de municipalização da etapa Fundamental, mudanças nos agrupamentos dos ciclos, de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª Série, ambos do Ensino Fundamental, e ostensiva aplicação de avaliações em larga escala, como o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), cujos resultados passaram a ser recebidos com sinônimos da qualidade da educação paulista (Jacomini *et al.*, 2022).

Outro aspecto digno de nota nas mudanças promovidas após 1995 foi a contradição entre a centralização decisória e a descentralização da gestão. Essa contradição se expressa a partir do caráter não-democrático das políticas engendradas durante o período Covas-Neubauer (Jacomini *et al.*, 2022a). Trata-se, em suma, de reduzir o tamanho do Estado através da descentralização das atribuições e responsabilidades, que são repassadas para as escolas e a comunidade, ao passo em que se centraliza a tomada de decisões que impactam diretamente toda a rede. Nessa seara, os setores civis consultados e ouvidos por ocasião da formulação de políticas públicas pela SEDUC-SP são aqueles que representam os interesses privados e do capital (Jacomini *et al.*, 2022a).

Expressando as linhas de força das características do modelo neoliberal, da NGP e da gestão não-democrática, as políticas educacionais desenvolvidas nas primeiras décadas do século XXI para a rede pública paulista são resumidas por Sanfelice (2010), nos seguintes termos:

Ensino médio que torna paralela a formação geral e a qualificação e ou habilitação profissional;
Ensino fundamental municipalizado, completando a meta do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município (Decreto 41.054 de 29 de julho de 1996);
Uso de parcerias com as empresas educativas ou não, repassando a elas volumosos recursos públicos;
Implementação de ações para a formação inicial e ou continuada de docentes mais a distância do que presenciais;

A contratação de docentes por concursos públicos tem sido mais um anúncio do que uma prática [...].

A carreira do magistério paulista vilipendiada e sem uma política salarial minimamente condizente é, em última instância, escrachada pelo próprio governo junto à opinião pública. Os docentes são cobrados por duvidosos critérios de produtividade, ficam lançados à própria sorte da competitividade entre pares e os vencedores são premiados com bônus, quantias em dinheiro, sem que haja alterações salariais para a categoria; [...] (Sanfelice, 2010, p. 157).

Ramos (2016), complementarmente, afirma:

Todas essas ações, como se nota, buscaram imprimir no Estado a alteração de sua gestão educacional para um modelo descentralizado, tendo por fundamento o princípio da racionalização de gastos e procedimentos [...]. Com isso, foi apresentada claramente a tentativa oficial de construção de uma política de qualidade de ensino pautada sob bases gerencialistas e racionais de funcionamento e de gastos com o setor, tendo como estratégias centrais: a alteração da organização pedagógica e curricular do ensino, que tinha como princípio a estrutura educacional enxuta posta pelas políticas educacionais apresentadas [...] (p. 559).

No entanto, apesar de todos os aspectos mencionados sobre a gestão psdbista à frente do governo paulista, cabe-nos pontuar que as contradições próprias das ações autoritárias e não-democráticas das autoridades paulistas suscitaram diversos movimentos de luta e resistência por parte de alunos e professores durante os últimos anos. Para além das paralisações e greves, que foram e são articulados com frequência tendo à frente o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, a rede estadual paulista foi palco de um dos maiores movimentos de ocupação de escolas por estudantes secundaristas da história recente brasileira, ocorrido em 2015. O movimento, que veio somar-se à greve do professorado, se opunha à reestruturação educacional proposta pelo secretário de educação Herman Voorwald sob o governo de Geraldo Alckmin.

Se concretizados, os planos de Voorwald levariam ao fechamento de 94 unidades escolares paulistas, além de apontarem para o aumento da municipalização e para a redução do corpo docente em toda a rede. Ademais, estavam previstos cortes no orçamento e a ampliação das parcerias público-privadas, estimulando assim a entrada do capital empresarial na educação estadual (Freitas et al., 2022). Mesmo enfrentando incursões policiais e difamação por parte da grande mídia, o movimento ganhou repercussão nacional e chegou a contar com mais de 200 escolas ocupadas por um período de quase 60 dias. Pressionado, Alckmin suspendeu a proposta, prometendo retomá-la somente após estabelecidos diálogos entre o governo e a comunidade escolar. O recuo do chefe do executivo levou ao pedido de demissão de Voorwald e ao fim das discussões.

Tendo como base o entendimento dessas questões, e compreendendo sua complexidade, cabe-nos indagar de que forma a Lei nº 13.415/2017 inseriu-se no cenário da gestão educacional psdbista e em que medida ela provocou mudanças na rede pública do estado de São Paulo.

A Reforma do Ensino Médio chega a São Paulo: contexto estadual e funcionamento

A rede pública do estado de São Paulo passava por suas próprias reformulações quando da edição da MP nº 746, em setembro de 2016. Conforme mencionado na introdução deste artigo, duas das principais disposições da MP (posteriormente Lei nº 13.415/2017), se referem a mudanças na carga horária e à reorganização curricular. Com relação à primeira, define-se a Política de Fomento à

Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Já no que se refere à segunda, temos a proposta da diversificação curricular na forma dos itinerários formativos.

No estado de São Paulo, o fomento às escolas em tempo integral se dá por meio do Programa Ensino Integral (PEI), criado em 2012 durante a gestão Alckmin-Voorwald (Jacomini et al., 2022a). O PEI, no entanto, é parte de uma política mais abrangente, o Programa Educação Compromisso de São Paulo (PECSP). Conforme Jacomini et al. (2022a), o PECSP expressou com muita clareza os princípios da NGP e da visão gerencialista da gestão da SEDUC-SP balizadas pelas reformas no ano de 1995. O programa contou com o apoio e participação da Associação Parceiros da Educação, ligada a instituições de grupos empresariais industriais e financeiros, e da Falconi, empresa de consultoria em gestão. Ramos (2016) classifica o PECSP como um novo estímulo ao setor privado e suas parcerias com o governo do estado nas questões educacionais. Outro ponto digno de nota é que o programa instituiu o Método de Melhoria de Resultados, procedimento típico da gestão empresarial focada em resultados.

Com relação à proposta de diversificação curricular, os documentos levantados em nosso estudo revelam que já em 2015 o Conselho Estadual de Educação (CEE), órgão de caráter consultivo e deliberativo do sistema de ensino paulista, apontava para essa necessidade através da Indicação nº 133/2015, que instituiu diretrizes para a elaboração do novo Plano Estadual de Educação (PEE). Até então, o currículo vigente em São Paulo havia sido implementado em 2008 como parte do Programa São Paulo Faz Escola (SPFE) e durante a gestão de José Serra (governador) e Maria Helena Guimarães de Castro (secretária de educação). Focado na melhoria a curto prazo dos resultados do SARESP, o SPFE trouxe um currículo único e enrijecido por meio do qual o trabalho docente podia ser controlado. No mesmo ano, também foi iniciado o Programa de Qualidade da Escola, que estabeleceu uma bonificação por mérito para gestores e docentes com base no desempenho no SARESP e nas baixas taxas de repetência. Por consequência, se verificou o arrefecimento da responsabilização dos profissionais da educação pelo seguimento do currículo e pela obtenção de resultados ao passo em que se estimulou a competição por meio de recompensas financeiras (Ramos, 2016).

Em julho de 2016, pouco menos de dois meses antes da apresentação da MP nº 746, o estado de São Paulo passa a contar com um novo PEE por meio da Lei nº 16.278, na qual estão estabelecidas as principais metas e estratégias que devem guiar a gestão da educação paulista pelos 10 anos subsequentes. A análise do plano revela que este contempla a ampliação da carga horária, o estímulo ao ensino integral à diversificação e flexibilização curricular (São Paulo, 2016). Constata-se, portanto, que quando da chegada da reforma, o estado de São Paulo acabara de definir suas diretrizes educacionais pela próxima década e também já apresentava propostas internas que contemplavam as principais determinações da nova política.

Não obstante, a envergadura da Lei nº 13.415/2017 provocou movimentos para readequação de alguns aspectos do Ensino Médio ofertado pela rede pública paulista, ainda que tais sejam apenas verificados em documentos oficiais a partir de 2018.

Em um primeiro momento, os esforços da burocracia estadual se concentraram no processo de construção de um novo currículo alinhado à BNCC. Conforme dados oficiais disponibilizados pela SEDUC-SP através do material digital “Formação - Novo Ensino Médio”, utilizado em reuniões com gestores das escolas da rede em meados de 2021, cerca de 160 mil professores e estudantes participaram dos seminários para levantamento de insumos para a construção de um novo currículo para o Ensino

Médio paulista no ano de 2019 (São Paulo, 2021). O resultado foi chamado de “V0” do documento curricular, que foi enviado para consulta pública em março do ano seguinte.

Entretanto, conforme mencionado na seção 3 do presente texto, o processo de consulta pública ocorreu durante os primeiros meses da crise sanitária provocada pela Pandemia de COVID-19. Temendo pelo rápido aumento do número de casos e mortes pela doença, os estados brasileiros adotaram medidas de distanciamento social para barrar a disseminação do coronavírus. Nesse contexto, 99,3% das escolas brasileiras suspenderam suas atividades presenciais (Filho, 2022), adotando modelos de ensino remoto de maneira improvisada e muitas vezes ineficiente. Dada a instauração da crise provocada pela Pandemia, pode-se compreender que os debates sobre o documento curricular deixaram de ser uma prioridade.

Em agosto de 2020, o governador João Dória Júnior anunciou o novo Currículo Paulista para a etapa do Ensino Médio, cuja vigência dar-se-ia a partir do ano de 2021 para os alunos da 1ª série. Sendo assim, o estado de São Paulo se tornou o primeiro a oficializar uma proposta curricular totalmente alinhada aos ditames da Lei nº 13.415/2017, antecipando-se em um ano ao cronograma nacional estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2021a).

Concomitantemente ao processo de elaboração do novo currículo, a SEDUC-SP lançou o Programa Inova Educação, anunciado em 2019 para o ano letivo seguinte. O Inova foi elaborado em parceria com o Instituto Ayrton Senna e divulgado como uma iniciativa de modernização do Ensino Fundamental e Médio em toda a rede pública. Segundo Castilho (2021) o programa se configura como uma espécie de laboratório neoliberal para a educação em São Paulo. Introduzindo três novos componentes curriculares alinhados à BNCC, Tecnologias, Eletivas e Projeto de Vida, sendo o Currículo Paulista o amálgama responsável pela articulação entre eles. Além disso, o Inova promove uma pequena alteração na carga horária, reduzindo o tempo de aula dos 50 minutos habituais para 45 minutos e aumentando o total de aulas diárias de 6 para 7.

Para participar da atribuição de aulas do Inova no ano de 2020, os docentes da rede pública do estado de São Paulo deveriam concluir um curso de formação disponibilizado on-line através da plataforma da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (EFAPE). Em termos práticos, pode-se afirmar que o certificado de conclusão do curso de formação passou a ser documento obrigatório para todos os professores da rede, uma vez que as aulas do Inova seriam essenciais para os profissionais completarem suas jornadas de trabalho.

Conforme dados da pesquisa de Castilho (2021), o Inova Educação exprime as linhas de força da visão da educação paulista no período pós-1995, já que as bases gerencialistas e neoliberais estão delineadas em todos os aspectos do programa. A pesquisadora sustenta, ainda, o alinhamento da política estadual à legislação nacional expressa após a Reforma do Ensino Médio e a homologação da BNCC.

Em sentido convergente, Krawczyk e Zan (2022) afirmam que o Inova incorpora o discurso das competências e habilidades, incluindo aquelas de cunho socioemocional que são necessárias para a adaptação da juventude ao mercado de trabalho. Essa constatação vai ao encontro da leitura realizada por Kuenzer (2009, 2017), que sustenta a tese de que a visão neoliberal de educação, nos discursos oficiais se confundida com a ideia de uma educação moderna e condizente com as demandas do século XXI e pautada prioritariamente na formação de mão-de-obra barata e mínima qualificação para a conformação do trabalhador aos ditames do novo regime de acumulação flexível do capital típico do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista, denominado Toyotismo.

Ao refletir sobre o Toyotismo, Antunes (2015) menciona algumas de suas características: a incorporação da automação e da tecnologia de ponta, a desregulamentação e a flexibilização de direitos e garantias trabalhistas, ampliação da terceirização e precarização do trabalho, dentre outras. Nesse cenário, a produção passou a exigir um novo tipo de trabalhador, que não é mais um repetidor mecânico de tarefas, mas alguém que seja ao mínimo capaz de solucionar pequenos problemas que possam aparecer no dia a dia. Há também uma retórica empresarial que busca atingir o trabalhador a partir do zelo, tratando-o como “colaborador” (e reduzindo o uso da palavra funcionário), e como “parte da família”. Pede-se que o trabalhador vista a camisa da empresa quando, na verdade, o que está se estimulando é a sua produtividade e competitividade (Antunes, 2015). Nesse contexto, surge até mesmo a preocupação (mais propalada do que de fato considerada), com a saúde mental dos “colaboradores”, que devem ser capazes de lidar com emoções, com o trabalho em grupo e com as situações que porventura possam colocá-lo à prova emocionalmente. Depreende-se, portanto, que mais do que nunca, o sistema capitalista de produção está atento à formação da subjetividade dos trabalhadores, explicando-se assim, o acréscimo do trabalho em torno das habilidades e competências socioemocionais na formação escolar, visto como um imperativo do tempo presente.

Apesar de tudo o que já foi dito, o Inova Educação não encerra o conjunto das políticas do governo do estado de São Paulo no ano de 2019. Através da Resolução SE nº 2 de 2019, a SEDUC-SP instituiu o programa Novotec, cujo objetivo é a ampliação da oferta de vagas e cursos técnicos profissionalizantes para os alunos da rede estadual (Freitas et al., 2022). A política, no entanto, não se trata de uma tentativa de integração entre o técnico profissionalizante e o Ensino Médio regular, já que prevê a separação entre as matrículas, tornando os cursos apenas concomitantes. Conforme Freitas et al. (2022, p. 65), a justificativa do governo de São Paulo para o Novotec “seria a alta taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos registrada no estado. O que, segundo o discurso da secretaria, se explicaria pelo baixo acesso desses jovens a cursos profissionalizantes”.

O Novotec, no entanto, se apresenta como uma proposta bastante precária para a profissionalização dos jovens do Ensino Médio. Segundo Piolli e Sala (2019), o grosso da oferta de vagas no programa se dá em cursos rápidos e na modalidade à distância. Como argumentam os autores:

O tipo de formação aligeirada que esse programa busca implementar responde a uma necessidade de uma força de trabalho para a execução de trabalhos simples e desqualificados. Num momento de alto desemprego, que entre a juventude ultrapassa os 27% e de uberização do trabalho (ou de rappinização para a juventude mais precária), o próprio sentido de “mercado de trabalho” mostra sua verdadeira face. Daí o governo já incluir no seu projeto a ideia de “preparar o jovem para gerar sua própria renda”, o que não tem, no quadro dessa proposta, nenhuma semelhança com o empreendedorismo ou com as startups de sucesso propagandeadas pela ideologia burguesa, mas com a flexibilização e estratégias de sobrevivência de um mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado e desprofissionalizado, realidade essa de um setor cada vez maior da classe trabalhadora. A formação profissional a ser ofertada pelo Novotec irá se relacionar com essa vivência da precariedade (Piolli; Sala, 2019, p. 165).

Ante o exposto, ficam evidentes os reais interesses subjacentes à promoção dos programas Inova Educação e Novotec que ao passo em que mantém os pressupostos ideológicos típicos da gestão psdbista em São Paulo, alinham-se, ao lado do Currículo Paulista, à Reforma do Ensino Médio, sendo faces distintas, mas complementares, da mesma moeda.

Entre 2020 e 2021, a SEDUC-SP anunciou a incorporação de seus novos programas à reformulação curricular estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, de modo a configurar os itinerários

formativos, parte diversificada do currículo disposta no Art. 4. Por um lado, o Inova contempla a parte das quatro grandes áreas do conhecimento (Humanas, Linguagens, Natureza e Matemática), e, por outro, o Novotec faz as vezes do itinerário técnico-profissional, somados ainda aos blocos de aulas nominados de Aprofundamento Curricular, sendo 11 opções ao todo. Destarte, ao seu modo e com políticas “autorais”, o governo do estado de São Paulo construiu seu “Novo Ensino Médio” .

Foi no ano letivo de 2021 que a Reforma do Ensino Médio se tornou realidade para a rede pública paulista, abrangendo todos os estudantes da 1ª série e em todas as unidades escolares. Em 2022 o processo prosseguiu, desta vez estendido também à 2ª série. Prevê-se, portanto, que o ciclo seja completado em 2023, com a chegada das mudanças à 3ª e última série do Ensino Médio, concluindo a etapa de implementação da lei um ano antes do prazo máximo estabelecido pelo MEC (Brasil, 2021a).

De acordo com o organograma elaborado pela SEDUC-SP como parte de documento intitulado Guia do Estudante (São Paulo, 2021a), utilizado como informativo de fácil acesso e entendimento para os alunos da rede, tem-se a seguinte distribuição das aulas semanais:

Figura 1 - Organização da carga horária e itinerários formativos



Fonte: Guia do Estudante (São Paulo, 2021a).

Para poderem cursar os itinerários formativos, os estudantes devem cumprir uma etapa de manifestação de interesse, realizada através do *sítio* eletrônico da SEDUC-SP, a Secretaria Escolar Digital (SED). Mediante esse procedimento, é organizada a oferta dos blocos de aprofundamento e dos cursos do Novotec para o ano seguinte, direcionando inclusive a atribuição de aula aos docentes. O passo a passo da manifestação de interesse pode ser melhor visualizado através do Guia do Estudante.

Primeiramente, o estudante deve entrar no *site* da SED e, em seguida, utilizar *login* e senha para acessar a plataforma (Figuras 2 e 3).

Figura 1 - Tutorial da manifestação de interesse (Parte 1).

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

ÍNDICE

COMO VAI FUNCIONAR A MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE?

A seguir, mostramos, passo a passo, como acessar o questionário que você deverá preencher, manifestando interesse nos aprofundamentos curriculares dos itinerários

PASSO 1 Entrar no site da Secretaria Escolar Digital - SED

<https://sed.educacao.sp.gov.br/>

Portal de Educação | Secretaria Escolar Digital | Secretaria Escolar de Avaliação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Escolar Digital

Bem-vindo à Secretaria Escolar Digital

35

Fonte: Guia do Estudante (São Paulo, 2021a).

Em seguida, deve-se acessar o menu “Aluno” e “Questionário de Interesse - Aprofundamento Curricular”. Posteriormente, o estudante deve acessar o “Questionário Novo Ensino Médio” (Figura 3).

Figura 2 - Tutorial da manifestação de interesse (Parte 2).

O tutorial apresenta quatro passos para acessar o sistema e selecionar o questionário de interesse. Cada passo é acompanhado por uma imagem de captura de tela do sistema.

PASSO 2 Acesse a SED utilizando seu RA seguido das letras sp (sem espaço), no campo NOME DE USUÁRIO. Depois, no campo SENHA, insira a sua senha.

PASSO 3 Clique no menu "Aluno", depois selecione o menu "Questionário de Interesse - Aprofundamento Curricular".

PASSO 4 Clique em "Questionário Novo Ensino Médio".

Se não conseguir acessar, há uma opção para recuperar a senha por e-mail.

Logo no final do tutorial, há uma seção de "Esqueci a Senha" com campos para e-mail e nome de usuário, e uma opção para solicitar a senha provisória.

Logo no final do tutorial, há uma seção de "Esqueci a Senha" com campos para e-mail e nome de usuário, e uma opção para solicitar a senha provisória.

Fonte: Guia do Estudante (São Paulo, 2021a).

Uma vez na área do questionário, deve-se escolher até 6 opções de aprofundamento, em ordem de preferência e também mencionar se há ou não interesse nos cursos do Novotec. Por fim, o procedimento é finalizado com um aviso em tela (Figura 4).

Figura 3 - Tutorial da manifestação de interesse (Parte 3).

The image is a tutorial page for the 'Manifestação de Interesse' process, divided into four steps. It features a header with the 'SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO' logo and an 'ÍNDICE' button. The steps are:

- PASSO 5:** 'Faça sua manifestação de interesse pelos aprofundamentos de área do conhecimento. Você deve indicar pelo menos 6 opções, listando em ordem de preferência, depois clique em "Avançar".' This step includes a screenshot of a 'Questionário de Interesse - Aprofundamento Curricular' form with a table of course options.
- PASSO 6:** 'Indique se tem interesse no aprofundamento de área do conhecimento com Novotec Expresso.' This step includes a screenshot of the 'Novotec Expresso' section of the questionnaire.
- PASSO 7:** 'Indique se tem interesse no Novotec Integrado.' This step includes a screenshot of the 'Novotec Integrado' section of the questionnaire.
- PASSO 8:** 'Seu questionário foi enviado com sucesso.' This step includes a screenshot of a confirmation message: 'Atenção! Seu questionário foi enviado com sucesso!'.

Additional text for Step 7 explains that users should select courses they are most interested in, or choose 'Não tenho interesse em nenhum itinerário formativo do Novotec Integrado' if not interested. A final orange box contains the reminder: 'LEMBRE-SE! As opções que você indicar aqui vão servir de informação para sua escola. Ela vai considerar a sua opinião e a de todos os seus colegas para decidir quais cursos vai ofertar para inscrições durante a matrícula, em agosto. Agora é hora de fazer valer a sua voz! Mostra para sua escola quais seus interesses :)'

Fonte: Guia do Estudante (São Paulo, 2021a).

A título de informação, o período para manifestação de interesse por parte dos alunos da 1ª série do Ensino Médio durante o ano de 2022, e, portanto, referente à 2ª série a ser cursada no ano de 2023, foi de 20 de maio a 10 de junho. É, pois, nesses termos, que o governo paulista tem gerido a oferta da parte diversificada do currículo.

Expostos o contexto de chegada da Reforma do Ensino Médio ao estado de São Paulo e o funcionamento geral da rede após a implementação das primeiras mudanças, temos levantados os insumos necessários para subsidiar a discussão acerca da principal problemática de nosso trabalho: como

a EM nº 84/2016 se transportou para as ações e para os documentos engendrados pelo governo estadual por ocasião da concretização da Lei nº 13.415/2017?

A Exposição de Motivos nº 84/2016: uma proposta de interpretação

A EM nº 84/2016, anteriormente mencionada e agora tomada como objeto dileto de estudo, nada mais é do que a explícita manifestação das justificativas do Estado e do governo Temer para a sua Reforma do Ensino Médio. Poucos meses depois de sua publicação, grande parte de seu conteúdo foi convertido em um discurso publicitário destinado ao grande público, em uma clara tentativa de manipular opiniões e produzir consensos entre a população sobre como sentir, agir e pensar a respeito da nova lei (Saviani, 2018).

Em 25 parágrafos, a EM nº 84/2016 coloca em tela uma narrativa baseada em apresentar, ainda que superficial e genericamente, problemas concretos da realidade escolar brasileira e do Ensino Médio, movendo-se, adiante, a apontar uma pretensa solução ao encontro daquilo que estabelece a reforma. Em reflexão sobre esse documento, Fereti e Silva (2017) consideram:

As justificativas para as propostas de reforma curricular aglutinam-se em torno de quatro situações, conforme atesta a Exposição de Motivos à MPV nº 746/2016: o baixo desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); a estrutura curricular com trajetória única para o conjunto de estudantes, cuja carga compreende 13 disciplinas, considerada excessiva e que seria a responsável pelo desinteresse e fraco desempenho; a necessidade de diversificação e flexibilização do currículo, tomando por modelo os países com melhor desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA); o fato de que menos de 17% dos alunos que concluem o ensino médio acessam a educação superior, e que cerca de 10% das matrículas estão na educação profissional como justificativa para a introdução do itinerário “formação técnica e profissional” (Feret; Ssilva, 2017, p. 393-394).

Dialogando com as considerações dos pesquisadores, e atentos ao nosso objetivo no presente artigo, propomos a seguinte categorização da EM nº 84/2016: o Ensino Médio é marcado por uma trajetória única e engessada, com um currículo fragmentado e superficial composto por 13 disciplinas obrigatórias (1); a alusão feita para essa constatação aponta-a como causa primordial do desinteresse dos jovens por essa etapa da formação escolar, que não veem sentido no que é ensinado nas escolas (2); por consequência, os índices de desempenho nas avaliações nacionais, para além de estarem abaixo do esperado, encontram-se em completa estagnação há pelo menos uma década. Concomitantemente, são verificados altos índices de evasão e jovens fora da escola (3); a parte final desse processo culmina em um Ensino Médio que não cumpre os objetivos propostos definidos pela Constituição de 1988, não garante o ingresso no Ensino Superior e não oferece qualificação profissional para a inserção do jovem no mercado de trabalho (4); com base nesse cenário, a solução passa pela promoção da flexibilização do currículo e o aumento da carga horária, inspirada nas teorias de Jacques Delors da educação para o século XXI e em experiências internacionais (5) (Brasil, 2016).

À luz da categorização supramencionada, pudemos identificar as linhas de força da narrativa construída a partir desse documento e, assim, avançar em nossas reflexões.

Entre a EM nº 84/2016 e as ações e documentos do governo do estado de São Paulo

De início, podemos afirmar que há importantes convergências entre as características das gestões do PSDB na educação paulista e a Lei nº 13.415/2017, de tal sorte que podemos afirmar que não há rupturas entre as bases estruturais por meio das quais as políticas públicas para a educação no estado de São Paulo pós-1995 foram elaboradas, e a Reforma do Ensino Médio. Em ambos os casos, está clara a hegemonia de uma visão neoliberal e o apelo ao alinhamento às demandas educacionais do século XXI.

Tecendo paralelos entre os documentos estaduais e as categorias anteriormente definidas, observam-se as similaridades já na Indicação nº 133/2015 e no PEE, de 2016. Na primeira, os membros do CEE mencionam a necessidade do aumento da oferta de educação em tempo integral no Ensino Médio no estado. Dispõem, também, sobre a criação de percursos e trajetórias curriculares diversificados, a flexibilização de tempos e espaços escolares e até mesmo a criação de itinerários formativos (São Paulo, 2015). Já no segundo documento, observa-se que as diretrizes da indicação do CEE se materializaram nas metas 3, 6 e 7. Na meta 3 estipula-se a universalização, até 2016, do “atendimento escolar para a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PEE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)” (São Paulo, 2016, s.p.). Nesse sentido, dentre as estratégias para atrair os jovens para a escola e assim garantir a consecução da meta, está a flexibilização curricular, a inclusão de componentes eletivos e a criação de itinerários formativos como forma de buscar atender aos interesses dos alunos (São Paulo, 2016).

A meta 6, por seu turno, estipula o aumento da carga horária e da oferta do ensino integral (SÃO PAULO, 2016). Por fim, na meta 7, o PEE estabelece os objetivos traçados a médio prazo para a elevação dos índices de desempenho dos estudantes paulistas nas avaliações nacionais, citando nominalmente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (São Paulo, 2016). O IDEB, criado em 2007, é a principal avaliação em larga escala para a Educação Básica no Brasil. Os resultados do IDEB têm sido utilizados como parâmetro para medir a qualidade do Ensino Fundamental e Ensino Médio em todos os sistemas de ensino e, também, propor políticas públicas.

Os dados auferidos nesses primeiros documentos nos dão conta (para além da organicidade interna da burocracia estadual na forma das indicações do CEE em 2015 e da concretização do PEE em 2016) que antes mesmo da Reforma do Ensino Médio, o estado de São Paulo já instituiu mecanismos para promover mudanças na organização da rede pública de ensino e em seu outrora rígido currículo, vigente desde 2008. Sendo assim, logo de início, as informações recolhidas vão ao encontro com nossa afirmação de que há substanciais interconexões entre as linhas de força da gestão educacional psdbista em São Paulo e a Reforma do Ensino Médio de 2017, mesmo desde as origens. Nota-se, aqui, que essa interconexão se deu em torno das categorias 1 (trajetória única e engessada do Ensino Médio), 2 (desinteresse dos jovens pelo que é ensinado), 3 (índices de desempenho abaixo do esperado) e 5 (solução com base na flexibilização e no aumento da carga horária) da EM nº 84/2016.

Nos documentos oficiais elaborados após a promulgação da Lei nº 13.415/2017, as categorias definidas para a EM nº 84/2016 voltaram a aparecer em 2018 e 2019, na forma das Indicações CEE nº 170/2018 (São Paulo, 2018) e nº 180/2019 (São Paulo, 2019).

Na Indicação nº 170/2018, os membros do CEE propõem metodologias para o acompanhamento do PEE. A partir da análise de dados estatísticos, o documento estabelece projeções para o cumprimento das metas estipuladas pelo plano, ao passo em que aponta para mudanças e/ou soluções. Com relação à meta 3, os conselheiros afirmam que apesar dos números em estagnação ou com

baixos índices de crescimento, a elevação da taxa líquida de matrículas para 85% poderá ser efetivada até 2025, desde que o jovem se mantenha na escola. Para tanto, citam a necessidade de uma mudança pedagógica no sentido de desfazer o Ensino Médio voltado apenas para a preparação para o exame vestibular, já que “Na realidade, uma porcentagem pequena de jovens efetivamente chega a ingressar na universidade, tornando o ensino médio um esforço muito distante das necessidades reais experimentadas por grande parte da juventude brasileira” (São Paulo, 2018, p. 9). Tem-se aqui, portanto, um reforço à categoria 4 do conteúdo da EM nº 84/2016.

Sobre a meta 6, as estatísticas trazidas pelo documento apontam que a ampliação da oferta de Ensino Integral, até o ano de 2018, estava acima do que havia sido estipulado pelo governo estadual (São Paulo, 2018), o que denota um esforço por parte do governo estadual em torno dessa questão.

Por fim, a meta 7 é explícita quanto à menção à Reforma do Ensino Médio, que ocorre nos seguintes termos:

A partir de 2013, a linha de tendência se distancia progressivamente da meta e resultados esperados. Assim, tem sido interpretada como urgente a reforma no ensino médio proposta na Lei nº 13.415/2017. No entanto, a efetiva concretização das mudanças depende de importantes aspectos estruturais e da existência de recursos e a formação de professores para efetivar a Medida Provisória 746/2016, que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (agora traduzida em alterações da LDB) (São Paulo, 2018, p. 15).

A Indicação nº 180/2019, por sua vez, trata dos “Procedimentos de flexibilização da trajetória escolar e certificação curricular: garantia à educação e à aprendizagem” (São Paulo, 2019, p. 1). Como o próprio resumo do documento nos permite constatar, nele estão colocadas em primeiro plano ações referentes à flexibilização curricular, alinhando-se ao teor da categoria 5 da EM nº 84/2016. Os conselheiros citam, nessa seara, a existência da Lei nº 13.415/2017 e a proposta dos Itinerários Formativos, além de guardar menção à BNCC. Também são reforçadas as categorias trajetória única (1), desinteresse dos jovens (2) e baixos índices de desempenho (3) da EM (São Paulo, 2019).

Ante o exposto, nota-se que a análise das Indicações do CEE traz à tona como os elementos da EM nº 84/2016 se transportaram para os debates ocorridos no governo do estado de São Paulo em torno da Reforma do Ensino Médio, logo nos primeiros anos quando ações concretas ainda não estavam sendo efetivamente implementadas na rede estadual. Verifica-se, dessa forma, um alinhamento desses documentos em torno das categorias da narrativa criada pelo governo federal para justificar a necessidade das mudanças nessa etapa de ensino. Tal alinhamento, como se observou na investigação, foi mantido também pela própria SEDUC-SP, conforme os dados e as discussões que apresentaremos a seguir.

Em junho de 2019, após meses de diagnósticos e análises realizadas por agentes do governo estadual, veio a público o Plano Estratégico 2019-2022: Educação para o século XXI, sendo um dos documentos mais importantes produzidos pela burocracia paulista após a Reforma do Ensino Médio. O inteiro teor do documento estabelece metodologias, metas, objetivos e possíveis resultados de ações em larga escala para todas as etapas da Educação Básica no estado, sendo parte substancial dos dados referentes ao Ensino Médio, tida como aquela que apresenta os maiores desafios.

Logo nas primeiras páginas, o subtítulo “Educação para o século XXI” é desenvolvido a partir da perspectiva das competências e habilidades exigidas pelo atual estágio da produção e acumulação capitalistas, acompanhado de um grande avanço tecnológico nos meios de comunicação e sociabilidade.

As competências para o século XXI, presentes também nas dez competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), englobam um conjunto variado de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, como pensamento crítico, resolução de problemas, conhecimentos e habilidades tecnológicos (programação, mídias digitais, etc.), criatividade e curiosidade para aprender (abertura ao novo), comunicação, colaboração e empatia (engajamento com os outros e amabilidade), flexibilidade, adaptabilidade, iniciativa, proatividade, autocontrole, liderança e responsabilidade (autogestão) (São Paulo, 2019a, p. 12).

Tomada sem bases em uma perspectiva crítica, a visão sobre o que seria uma educação para o século XXI vem à tona com o ar da modernidade necessário para a melhoria da educação pública em São Paulo. É, pois, o que se verifica no discurso do programa Inova Educação, como dito anteriormente. Há de se pontuar também que a referência aqui estabelecida reforça a categoria 5 do conteúdo da EM nº 84/2016, a respeito da flexibilização do currículo e aumento da carga horária. Uma outra categoria reforçada é a categoria 3, sobre os índices abaixo do esperado para o Ensino Médio, já que o Plano Estratégico se dedica a apresentar os índices de desempenho dos estudantes do Ensino Médio na rede estadual paulista bem como faz alusão ao número de jovens entre 15 e 17 anos que não frequentam a escola:

No Ensino Médio, a situação é ainda pior. O Estado de São Paulo apresentou em doze anos uma evolução de apenas 0,5 ponto, ocupando o 16º lugar em crescimento do Ideb em comparação com as demais unidades da federação. O Ideb no Ensino Médio da rede estadual em 2017 foi de 3,8, a sexta posição do país, no mesmo patamar que Rondônia (13ª posição em renda mensal domiciliar per capita e 15ª no IDH) 10. As metas não são atingidas desde 2013 [...]. Em 2017, 272.881 jovens entre 15 e 17 anos estavam fora da escola (13,1% do total). Os jovens que não concluem o Ensino Médio tendem a ter um futuro marcado por inserção precária no mercado de trabalho, baixos salários, desemprego, são propensos a terem mais problemas de saúde e podem se envolver com o tráfico de drogas e criminalidade (São Paulo, 2019a, p. 9-11).

A referência a tais dados abre espaço para que o documento apresente, algumas páginas adiante, a Reforma do Ensino Médio como forma de solução dos problemas:

O Novo Ensino Médio, aprovado pela Lei nº 13.415/2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/96, estabelecendo uma nova organização curricular para essa etapa de ensino que contempla uma BNCC e a oferta de diferentes itinerários formativos, com aprofundamento em áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A flexibilização curricular busca aproximar o Ensino Médio da realidade dos estudantes, fazendo com que essa etapa os prepare melhor para o mundo do trabalho e para a construção e a realização de seus projetos de vida. O novo modelo permitirá que o estudante escolha a(s) área(s) de conhecimento para aprofundar seus estudos, estimulando o protagonismo e a autonomia. Os itinerários formativos são um dos caminhos para ressignificar a etapa, aumentando sua atratividade, de forma a reduzir as taxas de abandono e evasão (São Paulo, 2019a, p. 24).

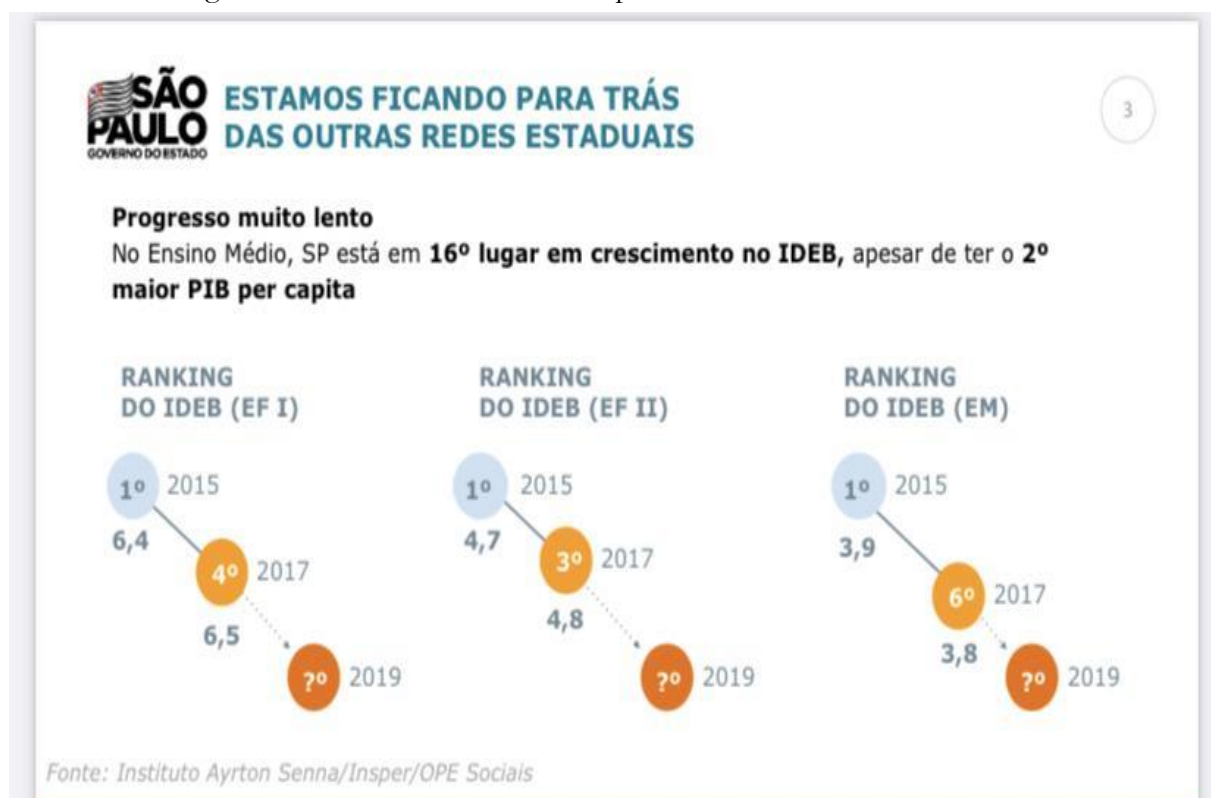
Replica-se, portanto, as linhas mestras da estrutura da EM em que se recorre à menção superficial de um problema concreto do Ensino Médio seguida de uma proposta de solução condizente com as determinações da nova lei.

A partir das bases lançadas através do Plano Estratégico 2019-2022, e visando efetivar as mudanças nele estabelecidas, a SEDUC-SP e as Diretorias Regionais de Educação (DRE) passaram a promover reuniões de formação com gestores e docentes, muitas vezes realizadas nas próprias instituições escolares. Nesses encontros, foram utilizados materiais digitais para guiar a apresentação e a discussão. Atentos aos objetivos de nosso trabalho, propomos a análise de dois desses documentos, o

Educa SP: Novo Ensino Médio (São Paulo, 2020) e o Ensino Médio: Lançamentos para o Segundo Semestre (São Paulo, 2021b), ambos de acesso público no site da SEDUC-SP.

O material digital Educa SP: Novo Ensino Médio traz informações substanciais sobre a organização curricular do Ensino Médio sob a égide do Currículo Paulista, bem como a respeito do programa Novotec. Em face da análise tendo em perspectiva a EM nº 84/2016, constata-se que o material, a priori, faz menção ao desempenho dos estudantes paulistas no IDEB, traçando o panorama sucintamente exposto na Figura 5, abaixo:

Figura 4 - Slide 3: Estamos ficando para trás das outras redes estaduais.



Fonte: Educa SP: Novo Ensino Médio (São Paulo, 2020).

À luz das notas presentes na figura 5, entendemos que a SEDUC-SP demonstra preocupação com relação aos índices alcançados, notadamente no Ensino Médio, em que se verificou um retrocesso no índice (3,9 em 2015 para 3,8 em 2017, representando uma queda do 1º para o 6º lugar no *ranking* nacional). A análise evidencia, nesses termos, um reforço à categoria 3 da EM.

Um pouco mais adiante no documento, são apresentados dados referentes à evasão escolar em todo o estado:

Figura 5 - Slide 26: Queremos recuperar alunos fora da escola.



Fonte: Educa SP: Novo Ensino Médio (São Paulo, 2020).

Haja vista o exposto na figura 6, devemos destacar alguns elementos. Primeiramente, que a SEDUC-SP trata como aspecto de relevância os índices de evasão escolar na transição entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Segundamente, que o mapa permite verificar que tal problema permeia todo o estado, com índice médio de 10%, e uma concentração ligeiramente superior na região sul paulista (com indicadores variando entre os 8% e os 20%). Finalmente, temos a menção ao número total de alunos perdidos por evasão, não rematrícula e migração para a rede privada entre 2019 e 2020, que soma 46.090 estudantes. A preocupação evidenciada pela SEDUC-SP relaciona-se, também, com a categoria 3 da EM nº 84/2016.

Nos últimos slides, o material Educa SP: Novo Ensino Médio centra-se na apresentação do programa Novotec, argumentando sobre a necessidade de se integrar a formação dos alunos do Ensino Médio público paulista ao mercado de trabalho Piolli e Sala (2019). Nesse ponto, estão expressos elementos relacionados à categoria 4.

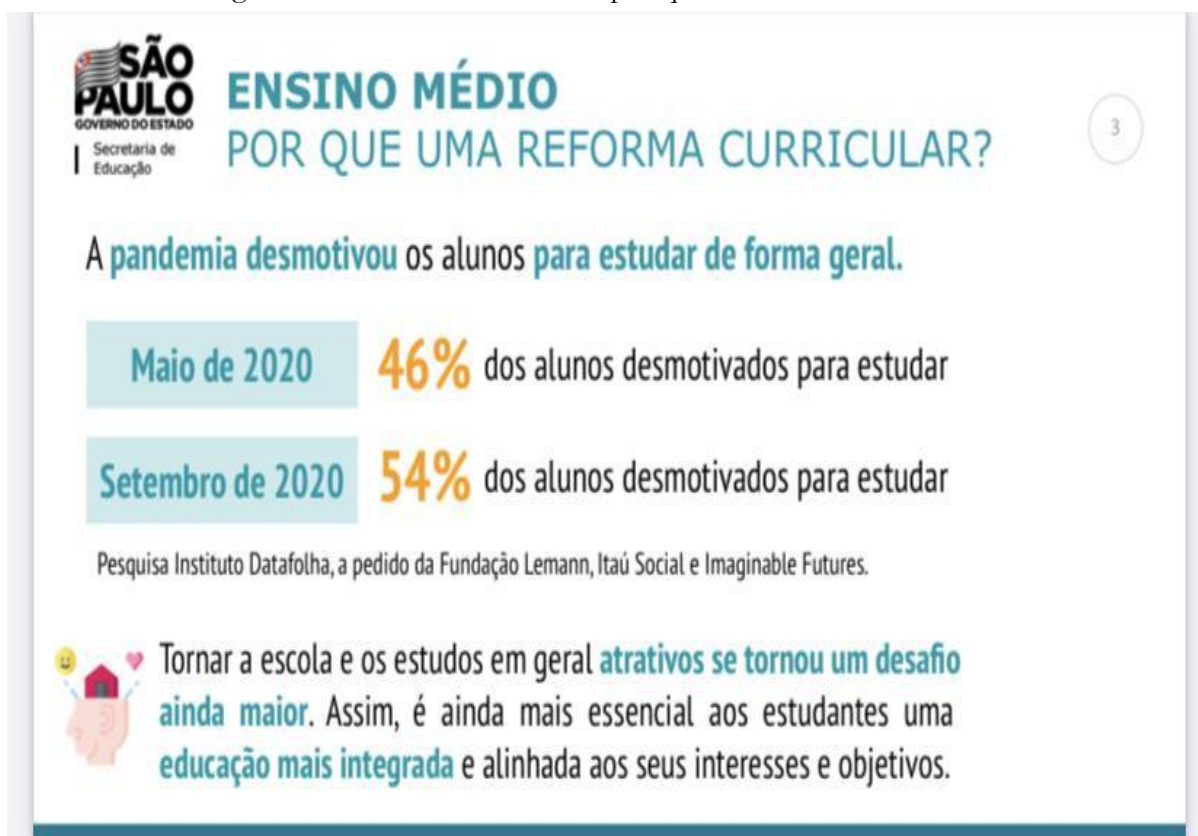
O material digital Ensino Médio: Lançamentos para o Segundo Semestre (São Paulo, 2021b), datado de julho de 2021, apresenta um panorama completo de dados relativos ao Ensino Médio na rede pública paulista e também as novas ações compreendidas no Programa Dinheiro Direto na Escola, que prevê repasses de recursos para a montagem de laboratórios, aquisição de materiais e pequenas reformas nas instituições escolares. Mais uma vez, observa-se o alinhamento do conteúdo do material à narrativa da EM, notadamente no que concerne ao desinteresse dos jovens para com o Ensino Médio, como na categoria 2. Já os índices de evasão, na categoria 3 e a proposta de solução através da proposta de mudança

para um currículo mais flexível, verificada na categoria 5. Não obstante, nesse documento, surge o destaque a um novo elemento que impactou no processo de implementação da Reforma do Ensino Médio em São Paulo, a saber, a pandemia de COVID-19.

Diante das dificuldades impostas pela crise sanitária de COVID-19 e da recomendação da Organização Mundial da Saúde, o estado de São Paulo, na figura do governador João Dória, aderiu em primeira hora ao distanciamento social e ao fechamento das instituições escolares. Não obstante, isso não se refletiu na suspensão das ações envolvendo as mudanças no Ensino Médio, como vimos ao citarmos o processo de implementação do Currículo Paulista.

Discorrer com exatidão as reais consequências da suspensão das aulas regulares e do fechamento das escolas é uma tarefa que incorre em diversos riscos, uma vez que muitos dos dados ainda não estão consolidados. Fato é que no documento em tela a menção aos efeitos do período pandêmico aparece na seguinte sequência de *slides*:

Figura 6 - *Slide 3*: Ensino Médio por que uma reforma curricular?



Fonte: Ensino Médio: Lançamentos para o Segundo Semestre (São Paulo, 2021b).

Figura 7 - Slide 4: Ensino Médio por que uma reforma curricular?

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Educação

ENSINO MÉDIO POR QUE UMA REFORMA CURRICULAR?

Além da evasão, a pandemia tende a **aumentar a desmotivação dos jovens** e a **reduzir suas perspectivas de futuro e carreira**:

Sem perspectivas, metade dos jovens quer deixar Brasil

Mercado deprimido e recorde de nem-nem frustram 50 milhões entre 15 e 29 anos

Folha de São Paulo, 20 de junho de 2021

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/sem-perspectivas-metade-dos-jovens-quer-deixar-brasil.shtml>

Fonte: Ensino Médio: Lançamentos para o Segundo Semestre (SÃO PAULO, 2021b).

Figura 8 - Slide 5: Ensino Médio por que uma reforma curricular?



Fonte: Ensino Médio: Lançamentos para o Segundo Semestre (São Paulo, 2021b).

O que se depreende das figuras 7, 8 e 9 é que a SEDUC-SP, com base em pesquisas quantitativas, atribuiu à pandemia o aumento na desmotivação dos alunos com o Ensino Médio, reduzindo as perspectivas de futuro e carreira e engrossando o número de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam e não trabalham (Nem-Nem), não só no estado, mas também em todo o Brasil.

Da discussão posta, pode-se inferir que apenas as questões relativas à pandemia de COVID-19 constituem-se como elementos originais dos documentos estaduais paulista, uma vez que a crise pandêmica tornou-se parte da realidade do país apenas em 2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve por objetivo apresentar resultados de investigação sobre o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio na rede pública do estado de São Paulo tendo no horizonte a seguinte problemática: como a EM nº 84/2016 se transportou para as ações e para os documentos engendrados pelo governo estadual por ocasião da concretização da Lei nº 13.415/2017? A partir das discussões das seções anteriores e sem a pretensão de esgotar qualquer questão, podemos tecer algumas reflexões à título de conclusão.

Primeiramente, nosso levantamento bibliográfico evidenciou que há considerável interesse dos pesquisadores pela compreensão do processo de implementação da Reforma do Ensino Médio na rede paulista, sendo o tema tratado também em eventos acadêmicos importantes em âmbito estadual no ano de 2021. Como resultado principal dessa etapa, concluiu-se que a literatura consultada compreende que a efetivação das mudanças estabelecidas pela Lei nº 13.415/2017 está baseada no tripé Currículo Paulista, Inova Educação e Novotec.

Em seguida, lançamos mão de nosso referencial teórico para compreender as linhas de força da gestão psdbista na SEDUC-SP. O que se constata é o predomínio de uma visão neoliberal de educação a partir das reformas na rede pública empreendidas pós-1995 pautada nos pressupostos da NGP ao mesmo tempo que marcada pela descentralização da gestão, centralização decisória, gestão não democrática e redução do Estado. Com base nisso, temos que, quando da edição da MP nº 746/2016, o estado de São Paulo já encaminhava suas próprias mudanças para o Ensino Médio. A reforma, portanto, não representou necessariamente uma novidade para os agentes da burocracia estadual.

Adiante, para averiguarmos as relações entre a EM nº 84/2016 e as ações e documentos produzidos pelo governo estadual, apresentamos uma proposta de categorização da narrativa do dispositivo, que começa com a afirmação de que o Ensino Médio é marcado por uma trajetória única e engessada, com um currículo fragmentado e superficial composto por 13 disciplinas obrigatórias (1) e prossegue para o apontamento dessa constatação como causa primordial do desinteresse dos jovens por essa etapa da formação escolar, que não veem sentido no que é ensinado nas escolas (2). Em seguida, afirma-se que, por consequência dos fatores anteriores, os índices de desempenho nas avaliações nacionais, para além de estarem abaixo do esperado, encontram-se em completa estagnação há pelo menos uma década. Concomitantemente, são verificados altos índices de evasão e jovens fora da escola (3). A parte final desse processo culmina em um Ensino Médio que não cumpre os objetivos propostos definidos pela Constituição de 1988, não garante o ingresso no Ensino Superior e não oferece qualificação profissional para a inserção do jovem no mercado de trabalho (4). Ante o exposto, a EM advoga que a

solução para tais problemas passa pela promoção da flexibilização do currículo e o aumento da carga horária, inspirada nas teorias de Jacques Delors da educação para o século XXI e em experiências internacionais (5) (Brasil, 2016).

Verificou-se em nossa investigação foi um alinhamento entre as categorias identificadas e os elementos presentes nos documentos estaduais, quebrado somente quando o material digital Ensino Médio: Lançamentos para o Segundo Semestre abordaram as consequências da pandemia de COVID-19 para os estudantes paulistas, algo que só seria possível, efetivamente, após março de 2020. Além disso, o alinhamento se estabelece, também, nos programas que compõem o tripé da Reforma do Ensino Médio em São Paulo.

No Currículo Paulista fala-se dos problemas de evasão e abandono e da necessidade de transformar o Ensino Médio para torná-lo mais atraente aos jovens. É nesse documento que se delineou a divisão da carga horária em toda a rede: 60% das horas totais (1.800 horas) dedicadas aos conteúdos da BNCC na chamada Formação Geral Básica e 40% (1.200 horas) dedicadas aos Itinerários Formativos (São Paulo, 2020a). Tem-se, então, um reforço às categorias 3 e 5 da EM. Já no Inova a incorporação dos novos componentes (Projeto de Vida, Eletivas Tecnológicas) representa a ideia de modernizar o ensino ministrado pela rede pública estadual, em clara alusão à categoria 5. Finalmente, no Novotec, a justificativa apresentada para o programa, reforça a categoria 4 do documento nacional, já que busca atenuar o problema do descompasso entre a formação ofertada no Ensino Médio e os objetivos dessa etapa da Educação Básica, notadamente a questão da inserção do jovem no mercado de trabalho. Vale destacar que, nos dias atuais, o Currículo Paulista, e os dois programas que o acompanharam estão em vigência e em pleno funcionamento.

Por fim, podemos admitir que há antecedência e continuidade entre os elementos que justificaram a elaboração da Lei nº 13.415/2017 e as ações e documentos que a tornaram uma realidade em São Paulo. Em grande medida, podemos entender que para além da narrativa, há uma organicidade entre a visão de educação gestada pelo PSDB há mais de 27 anos na rede pública paulista àquela presente na reforma. Nesse ínterim, em nenhum momento se faz uma análise crítica dos problemas do Ensino Médio no Brasil ou no estado, como as desigualdades econômicas, a falta de infraestrutura e de docentes e uma série de outras questões que estão para além dos muros das escolas. Também não se vê nos trechos uma autocrítica por parte da SEDUC-SP e do CEE, pois se os índices dos estudantes paulistas em avaliações como o IDEB estão em estagnação ou retrocesso e as taxas de evasão mostram-se altas, tal fato decorre, antes de mais nada, de uma longa e fracassada gestão de educação no estado mais rico do Brasil em quase três décadas.

Ante o exposto, pode-se concluir que a EM nº 84/2016 se transportou com fluidez para as ações e para os documentos engendrados pelo governo estadual por ocasião da concretização da Lei nº 13.415/2017, sendo que esta se deu em torno de uma visão de educação que busca mascarar suas contradições sob a capa da modernidade de uma educação flexível para o século XXI que acompanha as mudanças no setor produtivo ditadas pelo Toyotismo.

Diante de um cenário de desemprego estrutural, como apontam Piolli e Sala (2019), a perspectiva de se formar para o mercado de trabalho surge como o canto da sereia para os estudantes mais pobres que, dadas as condições materiais de vida, necessitam de um emprego o mais rápido possível. Ademais, a precarização do trabalho sob os ditames do regime de acumulação flexível vem acompanhada

da precarização da formação escolar em reformas educacionais como a que está em curso em São Paulo e em todo o Brasil.

Para finalizar o presente texto, cabe-nos fazer uma breve menção aos desdobramentos mais recentes da Reforma do Ensino Médio, notadamente após a vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022.

Sob forte pressão de estudantes e educadores, e mesmo com a posição intransigente de agentes ligados ao capital e a grades grupos empresariais, o governo Lula promoveu um processo de revisão da Lei nº13.415/2017, que acabou parcialmente revogada pela Lei nº 14.945/2024. As revisões, planejadas para terem início em 2025, focam principalmente na questão curricular e dos itinerários formativos, amplamente criticados por escantear conteúdos escolares essenciais para, por exemplo, os exames de vestibular. Assim sendo, a nova política reduz a carga horária destinada aos itinerários para 600 horas, em oposição às 1.200 anteriormente previstas, e aumenta para 2.400 as horas destinadas aos conteúdos obrigatórios da BNCC.

Muito tem-se discutido sobre os rumos do Ensino Médio brasileiro, e ainda não há consenso sobre os impactos das mudanças que estão previstas para serem implementadas a partir de 2025. Por mais que elas tenham sido, em partes, comemoradas, ainda permanecem as mesmas diretrizes e orientações do texto original. Nessa seara o governo Lula, dito de esquerda, mostra-se alinhado ao discurso neoliberal em matéria de educação.

No estado de São Paulo, a gestão do governador Tarcísio de Freitas, de caráter conservador, aprofunda a ofensiva do capital sobre o Ensino Médio, tendo um empresário privatista à frente da SEDUC-SP. Com efeito, o tempo presente e o futuro próximo da rede pública paulista estão irremediavelmente tensionados por uma conjuntura hostil aos que vivem do trabalho.

Ante o exposto, está claro que o tema da Reforma do Ensino Médio está na ordem do dia, e ainda vai requerer de muitos pesquisadores um esforço de compreensão de seu movimento real, suas contradições e seus limites. Os rumos da última etapa da Educação Básica no Brasil permanecem incertos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adens ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BRASIL. *Censo da Educação Básica 2020*. Brasília, DF, 2021

BRASIL. *PORTARIA Nº 521, DE 13 DE JULHO DE 2021*. Publicada no Diário Oficial da União em 14 de julho de 2017. Brasília, DF, 2021a.

CASTILHO, Bianca Bardi. *A influência conservadora e empresarial na perpetuação da dualidade educacional no século XXI: o processo de implementação da reforma do ensino médio no estado de São Paulo*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Médio: Atalho para o passado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, p.372-384, 2017.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. *In: CÊA, Georgia; RUMMERT,*

Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo. *Trabalho e educação: interlocuções marxistas*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019, p. 83-120.

FERRETI, Celso João; SILVA, Mônica Ribeiro da. REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016: ESTADO, CURRÍCULO E DISPUTAS POR HEGEMONIA. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017.

FILHO, Eduardo F. Evasão escolar bate recordes durante a pandemia. *Revista Istoé*. 2022. Disponível em: <https://istoe.com.br/o-drama-da-evasao-escolar/>. Acesso em 19 out. 2022.

FREITAS, Anniele Ferreira de. *et al.* Passos da Reforma do Ensino Médio em São Paulo: o caso da rede regular de ensino. In: KRAWCZYK, Nora. ZAN, Dirce. *A reforma do ensino médio em São Paulo: a continuidade do projeto neoliberal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022, p. 46-76.

GOMIDES, F. P.; JÚNIOR, L. S. REFORMA DO ENSINO MÉDIO E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: estudo entre São Paulo e Paraíba. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1–15, 2021.

JACOMINI, M. A. *et al.* Política educacional na rede estadual paulista e qualidade do ensino sob a Nova Gestão Pública, 1998 a 2018. *ARCHIVOS ANALÍTICOS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS / EDUCATION POLICY ANALYSIS ARCHIVE*, v. 30, p. 1-34, 2022.

JACOMINI, M. A.. *et al.* Gestão (não)democrática na política educacional do estado de São Paulo - 1995-2018. *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS RBEP-INEP*, v. 103, p. 117-137, 2022a.

KRAWCZYK, Nora. ZAN, Dirce. *A reforma do ensino médio em São Paulo: a continuidade do projeto neoliberal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

KUENZER, Acacia Zeneida (org.) *Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 6ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

KUENZER. Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto da acumulação flexível. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, p. 331-354, 2017.

LIMA, Claudemir Monteiro. *A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS SOBRE A IMPLANTAÇÃO CURRICULAR DO NOVOTEC INTEGRADO: ENTRE O SISTEMA E O MUNDO DA VIDA*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ilha Solteira, 2021.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

PIOLLI, E.; SALA, M. O Novotec e a implementação da Reforma do Ensino Médio na rede estadual paulista. *Crítica Educativa*, Sorocaba, v. 5, n. 1, p. 183-198, 2019.

PORELLI, Ana Beatriz Gasquez. CINTRA, Sílvia Beltrane. Centro Paula Souza e a implementação da reforma do Ensino Médio no Estado de São Paulo. In: KRAWCZYK, Nora. ZAN, Dirce. *A reforma do ensino médio em São Paulo: a continuidade do projeto neoliberal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022, p. 78-104.

QUADROS, Sérgio Feldemann de; KRAWCZYK, Nora. O capital vai ao ensino médio: uma análise da reforma no processo de circulação do capital. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p.1-22, 2021.

RAMOS, G. P. Racionalidade e gerencialismo na política educacional paulista de 1995 a 2014: muito além das conjunturas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 546-578, jul./set. 2016.

SANFELICE, J. L. A política educacional do estado de São Paulo: apontamentos. *Nuances: Estudos Sobre Educação*, Presidente Prudente, v. 17, n. 18, 2010.

SANTOS JÚNIOR, F. N.; NEIRA, M. G. Olhares sobre a proposta de reorganização do currículo do ensino médio na rede estadual paulista. *Revista Internacional de Formação de Professores*, Itapetininga, v. 5, e020008, p. 1-19, 2020.

SÃO PAULO. *Indicação nº 133 de 22 de abril de 2015*. São Paulo: Conselho Estadual de Educação, 2015.

SÃO PAULO. *LEI Nº 16.279, DE 08 DE JULHO DE 2016*. Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências. São Paulo: Secretaria de Educação, 2016.

SÃO PAULO. *Indicação nº 170 de 19 de outubro de 2018*. São Paulo: Conselho Estadual de Educação, 2018.

SÃO PAULO. *Indicação nº 180 de 19 de junho de 2019*. São Paulo: Conselho Estadual de Educação, 2019.

SÃO PAULO. Plano Estratégico 2019 - 2022. *São Paulo Educação para o Século XXI*. São Paulo: Secretaria da Educação, 2019a.

SÃO PAULO. *Currículo Paulista: Etapa Ensino Médio*. São Paulo: Secretaria de Educação, 2020a.

SÃO PAULO. *Educa SP: Novo Ensino Médio*. São Paulo: Secretaria de Educação, 2020.

SÃO PAULO. *Ensino Médio: Lançamentos para o Segundo Semestre*. São Paulo: Secretaria de Educação, 2021b.

SÃO PAULO. *Guia do Estudante*. São Paulo: Secretaria de Educação, 2021a.

SÃO PAULO. *Formação - Novo Ensino Médio*. São Paulo: Secretaria de Educação, 2021.

SAVIANI, Demerval. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). *O golpe de 2016 e a educação no Brasil*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, p. 27-46.

SILVA, D. D. D.; MARTINS, M. F. A participação docente na nova reforma do ensino médio: um estudo sobre Pilar do Sul/SP. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 20, p. e020022, 2020.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES:

Autor 1 – Participação ativa na pesquisa, coleta e análise dos dados e escrita final.

Autor 2 – Coordenadora do projeto de pesquisa, orientadora e participação ativa na na escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.